

ATA DA 2ª REUNIÃO DE 2021 DA MESA SETORIAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO – IPM

Data:	11/08/2021 Horário: 14h.
Local:	Google Meet
Participantes:	Bancada do Governo: JOSUÉ DE SOUSA LIMA (Superintendente do IPM), JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA (Superintendente Adjunto do IPM) e MILENA ALENCAR GONDIM (Procuradora Jurídica do IPM).
	Bancada dos Servidores: ANTONIA NASCÉLIA SILVA (Representante Titular do SINDIFORT), JOÃO BOSCO GARCIA MENESES (Representante Suplente do SINDIFORT), MARIO CESAR CHAVES NUNES (Representante Titular do SINTSAF) e RAFAEL BESERRA BATISTA (Representante Titular dos Servidores do IPM).

Pauta da Reunião

Ação judicial de reenquadramento nos PCCS.

Ata da Reunião

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia onze de agosto de dois mil e vinte e um, iniciou-se no formato virtual, mediante o aplicativo Google Meet, a Segunda Reunião da Mesa Setorial de Negociações do Instituto de Previdência do Município – IPM, estando presentes pela Bancada de Governo JOSUÉ DE SOUSA LIMA (Superintendente do IPM), JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA (Superintendente Adjunto do IPM) e MILENA ALENCAR GONDIM (Procuradora Jurídica do IPM); bem como pela Bancada de Servidores ANTONIA NASCÉLIA SILVA (Representante Titular do SINDIFORT), JOÃO BOSCO GARCIA MENESES (Representante Suplente do SINDIFORT), MARIO CESAR CHAVES NUNES (Representante Titular do SINTSAF) e RAFAEL BESERRA BATISTA (Representante Titular dos Servidores do IPM).

Iniciada a reunião pelo membro titular da Bancada de Governo dr. Josué de Sousa Lima, apresentou a pauta, a ação judicial coletiva referente ao reenquadramento de servidores em razão à mudança de PCCS das respectivas carreiras, e informou que está em fase de cumprimento de sentença, que está sendo estudada a possibilidade de realização de acordo e que, inclusive, houve reunião com os advogados que representaram o SINDIFORT no processo para tratar do assunto.

Antônia Nascélia Silva, representante titular do SINDIFORT, questionou sobre a alteração do atual PCCS do IPM e sobre a realização de concurso. Dr. Josué de Sousa Lima esclareceu que essas questões estão sendo discutidas em reuniões sistemáticas pelo grupo de trabalho

designado pela portaria já mencionada e que as alterações no PCCS devem ser realizadas por lei.

O membro titular da Mesa Mário César Chaves Nunes pediu a palavra e enfatizou que, quanto ao processo judicial de reenquadramento, entende que os inativos da SEFIN que figuram no polo ativo da lide devem ter prioridade na execução de sentença em razão de terem sido os primeiros servidores municipais a ingressar com a ação judicial e de seus casos não terem grandes divergências.

Dr. Josué informou que vem sendo discutido adotar o critério da ordem de cumprimento de sentença com base na idade – do mais velho para o mais novo – concomitante com o da ausência de divergência entre o entendimento do SINDIFORT e o do IPM e da SEPOG.

Mário César Chaves Nunes ressaltou a importância da questão apontada por Antônia Nascélia Silva e a necessidade de se buscar o máximo profissionalismo para o IPM por meio das alterações do PCCS.

Nada mais havendo a tratar, dr. Josué de Sousa Lima agradeceu a todos e declarou encerrada a Segunda Reunião da Mesa Setorial do Instituto de Previdência do Município do ano de 2021, da qual eu, Milena Alencar Gondim, na qualidade de secretária, lavrei a presente Ata.

Encaminhamentos

Ficou reiterada a agenda da próxima reunião ordinária para o dia 05/10/2021, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias.